

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CASTRO DAIRE**

NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E VINTE E TRÊS

-----Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 1, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto Um - Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de seis de setembro de dois mil e vinte e três.-----

Ponto Três – Análise, discussão e votação, nos termos da alínea b), do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, doze de setembro, conjugado com o disposto no artigo 106.º do número três da alínea b) da Lei número 5/2004, de dez de fevereiro na sua atual redação – Lei das Comunicações Eletrónicas – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP), no valor de zero vírgula vinte e cinco para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

Ponto Quatro – Análise, discussão e votação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que se referem as alíneas a) e c), do número um, do artigo 112.º, do Decreto-Lei número 287/2003, de doze de setembro na sua atual redação e da alínea d), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a aplicar no ano de dois mil e vinte e quatro, proposto pela Câmara Municipal, no seguinte valor: Prédios Urbanos – zero vírgula três por cento (0,3%).-----

Ponto Cinco – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 112.º- A, número 1 do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) da fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Redução da taxa até
Um	20,00 € (vinte euros)
Dois	40,00€ (quarenta euros)
Três ou mais	70,00€ (setenta euros)



Ponto Seis – Análise, discussão e votação nos termos do artigo 26.º, da Lei número 73/2013, de três de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais –, conjugado com a alínea c) do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 25/2013, de doze de setembro, da fixação em três por cento (3%) da variável da IRS, para o ano dois mil e vinte e quatro, aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada a treze de outubro de dois mil e vinte e três. -----

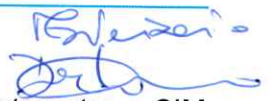
Ponto Sete - Análise, discussão e aprovação do projeto de alteração do Loteamento e Regulamento do Parque Industrial da Ouvida, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.-----

Ponto Oito - Alteração orçamental modificativa – Revisão número três, para efeitos da alínea a) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro.-----

Ponto Nove – Análise, Discussão e Aprovação de Informação referente a execuções fiscais e Minuta de Protocolo a estabelecer com a Autoridade Tributária e Aduaneira (TA), em cumprimento do disposto na alínea c), número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.-----

Ponto Dez - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de pessoal para o exercício de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento do disposto na alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação e alínea a), do n.º2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03 de setembro na sua atual redação.-----

Ponto Onze - Análise, discussão e votação da Proposta de Orçamento Municipal, do Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano (GOP) – (Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR)), para o período de 2024/2028, nos termos do artigo 46.º, da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação, elaboradas nos termos previstos no número quarenta e seis, do ponto onze da NCP26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro na sua atual redação, para apreciação e aprovação nos termos previstos no artigo 25.º do n.º 1, alínea a) do Anexo à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro.-----



Ponto Doze - Análise, Discussão e Aprovação da Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, para o Ano de 2024 nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto Treze - Análise, Discussão e Aprovação da Adenda à Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, no âmbito do Concurso Público, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto Catorze – Análise, Discussão e Aprovação das Normas de Controlo Interno do Município de Castro Daire. -----

Ponto Quinze – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão, cumprimentando todos os presentes. De seguida informou da substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cujó por Delfina Pereirinha assim como da substituição do Senhor Presidente da Junta de Pepim, que informou fazer-se representar pela Secretária Regina Maria Ferreira. -----

-----Período de Intervenção do público de harmonia com o n.º1, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro;-----

-----Registou-se a presença na Sessão do Senhor David Gaspar, residente no Mezio, que interveio questionando da existência de cadastro de caminhos e vias públicas, solicitando clarificação quanto a um caminho concreto, na localidade do Mezio, que foi requalificado recentemente com pavimentação em tapete betuminoso e ficou outra parte em cubos, mas todo ele tem iluminação pública pelo que solicita que fique registado se o mesmo é público ou não, salientando que esse

Ribeiro
David

caminho pode vir a ter ligação a um outro existente e, se hoje está em zona verde, futuramente pode até ser de construção. Questiona ainda como pode ter acesso às atas das Sessões de Assembleia Municipal em que esteve presente. -----

-----**A Senhora Presidente** no que se refere ao acesso às atas, respondeu que as mesmas estão disponíveis no site do Município, salientando que a seguir a cada reunião é publicada a respetiva minuta da ata, para que todos tenham conhecimento e possam efetuar as devidas análises. Relativamente ao caminho, refere que face ao exposto, não ficou esclarecida de qual seria a dúvida, questionando se o pretendido é que no futuro haja alguma alteração de PDM ou saber apenas se o caminho é público.-----

-----**O Senhor David Gaspar** interveio novamente referindo pretender saber se o caminho em causa é público na totalidade ou só na parte pavimentada, dado que tem iluminação pública na sua totalidade.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** passa a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para informação adicional.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** interveio, cumprimentando todos os presentes na Sessão. Quanto ao assunto referiu que a parte que foi requalificada pela Câmara Municipal é público e dá acesso a várias habitações ali existentes. Reforça que a rua pavimentada é pública, estava em terra batida e que a Câmara tem privilegiado criar as condições mínimas de dignidade de acesso às habitações dos munícipes. -----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----O membro António de Oliveira Giroto pediu a palavra e no uso da mesma, cumprimenta todos, desejando também um Bom Ano de dois mil e vinte e quatro. Constatou que de algumas reuniões a esta parte o Senhor David refere sempre a mesma rua. Dirigiu a palavra ao munícipe, salientando que durante o tempo em que desempenhou funções autárquicas, quer na Câmara Municipal quer na Junta de Freguesia, sempre assistiu a intervenções para que se fizesse ou devesse fazer, nunca tinha assistido a intervenções em que se demonstra uma vontade de que não se faça ou que não se tivesse feito, pelo que gostava que o munícipe esclarecesse. -----

-----**O Senhor David** retorquiu, dizendo que aquele caminho poderá ter ligação a um outro e tem terrenos que futuramente poderão dar para construção, mas se o caminho que aqui reclama não for público não poderão ligar outros caminhos, reclamando que aquele caminho seja público porque já tinha luz pública quando calcetaram.-----

Exeção
David

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** questionou se alguém foi impedido de passar no caminho, no troço calçadado. -----

-----**O Senhor David** reclama que o caminho deveria ser público na sua totalidade porque há mais de vinte anos que tem iluminação pública, reforçando que só pede o reconhecimento de que é um caminho público.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** refere que se o caminho tem uma utilização aberta ao público, provavelmente será de utilização pública. Considerando que nunca ninguém foi impedido de lá passar, não percebe qual será o problema e o facto de ter iluminação é uma mais valia. -----

-----**O Senhor David** reforça que o calçadamento daquela área foi pago pelo proprietário, pelo que julga que terá que haver alguma negociação.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** refere que o licenciamento não é condicionado às infraestruturas existentes e as pessoas vão melhorando as suas condições, a expensas próprias, o que deverá ter sido o caso.-----

-----Interveio novamente **António de Oliveira Giroto**, salientando que, ainda sem ir ao local, já percebeu as razões da intervenção, perguntando ao munícipe se a pessoa que calçadou aquela parte da rua já impediu alguém de lá passar nestes últimos vinte anos ou se algum dia se terá dirigido à Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia pedir alguma indemnização pela intervenção que, por iniciativa própria, decidiu fazer para melhorar as suas condições, salientando ainda o facto de o munícipe referir que aquela rua deve ter continuidade, o que torna os seus argumentos incongruentes.-----

-----Leitura e apreciação do expediente;-----

-----A Senhora Presidente informou ter representado a Assembleia Municipal na Semana da Saúde Mental, promovida pelo Município, na abertura oficial da FICA, no Projeto Tecer Redes e no Projeto Apanhar o Tempo. Participou no Congresso da ANMP onde foram distribuídos cadernos relativamente às temáticas ali abordadas e que, em caso de interesse, poderão levar para consultar. Participou na Festa de Natal do Grupo Desportivo e Recreativo da Granja, na Festa de Natal dos Bombeiros Voluntários de Farejinhãs e no Concerto de Natal da Banda dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire. Referiu ainda a presença numa reunião informal com a Senhora Vereadora do Pelouro da Saúde, Dr.^a Idália Ribeiro e com a Senhora Coordenadora do Centro de Saúde no sentido de se

*Resumo
Sessão*

perceberem as dificuldades existentes em termos de pessoal e organização de serviços, por forma a obter condições de melhoria dos serviços prestados à população. Foi solicitada a distribuição a todos os membros da Assembleia do Guia do Utente, com informações úteis, nomeadamente o sistema de marcação de consultas, no sentido de as pessoas ficarem melhor informadas, apelando à colaboração de todos. Informou ter recebido votos de Boas Festas, que agradeceu e retribuiu, pela mesma via em nome da Assembleia municipal. Informa ter recebido o Relatório 22/23 do Tribunal de Contas, sobre verificação interna de Contas de dois mil e dezanove, que enviará, por e-mail, para cada membro e na próxima Sessão desta Assembleia, se assim o entenderem, poderão pronunciar-se sobre o mesmo, conforme decorre da Lei.-----

-----Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal questiona se alguém pretende intervir.-----

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

-----Intervio cumprimentado todos os presentes, referindo esperar que todos tenham tido Boas Festas com muita saúde e alegria. Informou ter estado presente, em representação das Juntas de freguesia deste concelho, juntamente com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente de Câmara, no Congresso da ANMP que decorreu no Seixal e que foi muito interessante com diversas temáticas nomeadamente as que dizem respeito a contratação pública, Lei das Finanças Públicas, Estatuto dos Eleitos Locais, foram temas foram abordados estando a documentação disponível online e em suporte papel. Informou ainda da realização do Congresso ANAFRE, que irá decorrer nos próximos dias vinte e seis e vinte e sete de janeiro, na Figueira da Foz, aberto a todas as freguesias, associadas ou não, bastando para isso fazer inscrição, sendo também aberta ao Presidente de Junta em representação da Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia de Freguesia bem como aos elementos da Junta e da Assembleia de Freguesia, na qualidade de observadores, desde que decidam inscrever-se, estando disponível no site da ANAFRE, o Programa do Congresso, deixando apelo à participação.-----

-----**Zacarias de Almeida Gomes**-----

-----Intervio cumprimentando todos os presentes. Aborda a questão dos Baldios da Freguesia, referindo ter sido confrontado, pelo Presidente de um Conselho Diretivo, com uma declaração em nome da Junta de Freguesia para que assinasse por forma a que os baldios passassem da posse da Junta para a Comissão de Compartes em causa, o que não assinou, tendo sido inclusive ameaçado

V. Gonçalves
Depto

de morte. Acresce ainda que, alguns compartes da mesma terão alertado para o facto de não terem tido conhecimento da realização de qualquer reunião. Referiu que, posteriormente foi verificar e, no BUPi os artigos em causa já passaram todos para a Comissão de Compartes, por usucapião, o que não considera correto e julga que alguém deverá, por isso ser responsabilizado. Salaria não querer qualquer terreno que pertença à Comissão de Compartes, mas estão em causa milhares de hectares. De seguida referiu que no ano de dois mil e vinte e três efetuaram a limpeza das estradas, conforme Protocolo do ano anterior que então não tinham cumprido. Não obstante no final do ano dirigiu-se à Câmara Municipal para receber, tendo percebido que efetivamente “meteu o carro à frente dos bois”. Deixou à Mesa da Assembleia cópia da Declaração que referiu no assunto anterior.--

-----**Alexandre Paulo Simões Pereira**-----

Interveio novamente, salientando estar completamente solidário com o Senhor Zacarias e que o mesmo deverá efetuar queixa nas instâncias adequadas. No que concerne aos baldios, salienta que não são pertença das Juntas de Freguesia mas sempre das comunidades locais e quando há Conselho Diretivo devidamente formalizado a competência é desse conselho. O que acontece, também na freguesia de Moledo, é que os baldios estão escriturados nas Juntas de Freguesia, não obstante são das comunidades locais. Quando as Comissões de Compartes estão formalizadas têm toda a legitimidade para passar os baldios para essa Comissão, não sendo a figura do usucapião ilegal e terão feiro o processo correto.-----

-----**Zacarias de Almeida Gomes**-----

Interveio novamente referindo ser certo que todos os baldios são dos compartes e na União de Freguesias de Parada de Ester e Ester tem várias Comissões de Compartes, Mós, Meã e Laboncinho, Sobrado e Vila. Salaria que os artigos são tão grandes que é muito complexa a divisão desses artigos pelas Comissões de Compartes. O que julga é que fizeram todo este processo sem ele ter disso conhecimento pelo que crê não terem procedido da melhor forma.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Inicia a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Refere trazer uma comunicação que intitulou “Por uma estratégia ambiental para o município”, baseada no facto de sabermos hoje que a atividade humana, produz certas externalidades que se tornam um problema e o país e o mundo têm enfrentado o desafio das alterações climáticas e dos problemas da sustentabilidade ambiental de forma a sustentar o modo de vida apara as gerações futuras, daí a importância de estratégias de sustentabilidade ambiental e objetivos de contrariar as alterações climáticas. No nosso concelho é importante ter isso muito presente pois muitas das atividades desenvolvidas estão ligadas



à natureza para que a poluição não impeça o exercício dessas atividades, salientando as boas notícias quanto à gestão ambiental no concelho, referindo-se em concreto ao facto de a Última Rota da Transumância ter sido nomeada como um evento de turismo sustentável, assim como outras obras que têm sido feitas, nomeadamente nas ETAR's, mas acredita ser necessário passar para o papel as metas, objetivos e ações que pretendemos desenvolver num prazo alargado, de forma integrada, contínua e coerente. E por isso deixa o repto ao executivo municipal de discutir na Assembleia Municipal uma estratégia municipal, com essas metas, objetivos e indicadores.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Inicia a sua intervenção dirigindo-se ao Presidente da União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, Zacarias Gomes, dizendo que o problema dos baldios tem que ser resolvido na Freguesia. Quanto à questão ambiental é uma questão da ordem do dia, mas não é só de Governo, das Autarquias, mas também das pessoas. Tem impacto económico a todos os níveis e muitas vezes as pessoas não têm condições, por exemplo, para substituir uma viatura de combustível fóssil por uma elétrica. A questão dos RSU, refere presenciar muita deposição indiferenciada de resíduos, considerando importante uma estratégia global, mas refere ser muito importante cada um fazer o seu papel.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre os assuntos abordados.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal.**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio, esclarecendo que, quanto à limpeza das estradas, referida pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, em dois mil e vinte e dois foi celebrado um Protocolo, que não foi cumprido, sendo que em dois mil e vinte e três não foi solicitado qualquer Protocolo para esses trabalhos. Felicita o membro Diogo Carvalhas pela intervenção. Refere ser um assunto transversal, salientando um conjunto de investimentos em curso, como as ETAR's, o sistema de iluminação pública, compostores comunitários e entrega de compostores individuais, o aumento da reciclagem, no âmbito do Planalto Beirão a linha de combustíveis derivados de resíduos onde se aproveita parte do resíduo obtido da recolha de lixo, formações e a promoção da mobilidade suave. No entanto, aceita o repto e desafia-o, bem como a todos os membros para que façam chegar sugestões de medidas que se possam implementar, contribuindo para uma redução da pegada ecológica e termos uma aposta na sustentabilidade do planeta, pois depende de todos.-----



-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou ter recebido publicações da ANAM concretamente: “Breviário Prático do Protocolo Autárquico”; “Guia sobre a prevenção da corrupção no âmbito das Autarquias Locais”, a revista “TerritórioS” e ainda uma brochura sobre “Bem estar animal”, estando as mesmas disponíveis para consulta.-----

-----Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor João Manuel Rodrigues de Oliveira.-----

-----A Assembleia Municipal apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Professor João Manuel Rodrigues de Oliveira, que faleceu no passado dia dezasseis de novembro. Foi autarca, quer do executivo municipal quer Assembleia Municipal, pessoa que se dedicou, para além de ao ensino que era a sua atividade profissional, também à comunicação local e regional. A Assembleia Municipal lamenta esta partida precoce e endereça à sua família, filhos e netos, as mais sentidas condolências. **Posto à votação, foi o presente voto de pesar aprovado por unanimidade.**-----

----- ORDEM DO DIA -----

Ponto Um – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como a sua situação financeira.-----

-----**Lino Gonçalves da Silva**-----

-----Interveio, cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia e restantes elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, colegas e público presente. Deseja a todos um bom ano de dois mil e vinte e quatro, referindo esperar que todos tenham tido um Bom Natal. Sobre a exposição do Senhor Presidente de Câmara, destacou o projeto Mais pela Natureza, candidatado pelo Município de Castro Daire ao IPDJ, (destacando aqui os nomes das técnicas do município, Dora Loureiro, Sandra Almeida e Florbela Silva), projeto que obteve reconhecimento a nível nacional, ficando no 2.º lugar, bem como o projeto Gerações em Rede, candidatado pelo GDR Granja, em que os serviços do Município os auxiliou na organização do mesmo, também reconhecido, com o 2.º lugar, no passado dia cinco de dezembro, numa Cerimónia realizada em Lisboa, registando o facto com enorme satisfação. Salienta que nada conseguiriam sozinhos, agradecendo ao Senhor Presidente de Câmara o facto de terem um serviço que abre portas, considerando que as associações só não avançam com alguns passos importantes se não fizerem o trabalho que lhes compete. Refere ainda uma reunião realizada com associações em que quase foi



dado a entender, por uma associação da sede de concelho, que as associações que têm determinadas infraestruturas, as receberam da Câmara Municipal, o que não corresponde à verdade, salientando o trabalho das pessoas da comunidade e de forma voluntária, que muito fazem, com a ajuda naturalmente da Câmara Municipal e da Junta de freguesia, salientando o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Apoio ao Associativismo e Juventude. Referiu também que a questão dos baldios, referida pelo membro Zacarias Gomes o deixou muito preocupado, pois voltará a acontecer o Montemuro Vertical Run, prova para a taça do mundo e espera que os compartes nunca cortem caminhos o que impediria a realização da prova. Esta é uma marca que também está integrada na estratégia ambiental. No Percorrer Castro Daire também se regista a preocupação na defesa do ambiente, pois quando os percursos são efetuados, há de seguida a preocupação em deixá-los limpos. Salienta que quem caminha tem perfeitas condições para se responsabilizar pelo próprio lixo. Manifesta-se solidário com o que já foi dito sobre o ambiente, pois é responsabilidade de todos.-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Relativamente ao ambiente, salienta ser um tema de todo pertinente e, numa perspetiva mais micro, se cada um fizer o seu papel, muito se fará, pois é também uma responsabilidade individual, mas deverá passar para uma estratégia mais macro, nomeadamente a nível nacional e mesmo mundial. Questiona o Senhor Presidente da Câmara se o Município recebe alguma transferência específica da Administração Central, para que haja alguma estratégia local na área do ambiente. Refere os grandes encontros a nível mundial, com muitas deslocações e poluição mas as conclusões e os efeitos sentidos têm sido muito redutores. Refere, a título de exemplo o problema nacional ao nível da água, questionando o que se tem feito para o minimizar. Refere a entidade gestora Planalto Beirão que não pode ficar de fora da discussão e acima de tudo o Governo, entidade que tem que suportar uma estratégia nacional, de cima para baixo, pois é um problema complexo. Aborda a EN225, mostrando-se satisfeito com o adiantar do processo, salientando todos os que apoiaram a causa e felicitando o executivo por nunca ter desistido.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal.**-----

-----Salienta a intervenção do membro Lino Silva, reforçando ser um orgulho para todo o concelho os reconhecimentos obtidos, fruto de uma aposta clara no apoio ao Associativismo e Juventude, salientando que os projetos alavancados pela comunidade e pelas Associações têm muito maior capacidade de crescimento e evolução que um projeto autónomo ou de iniciativa exclusiva do município, o que se deve também ao trabalho extraordinário que o serviço municipal de apoio ao associativismo tem realizado assim como as associações. Refere que por exemplo, que o Montemuro Vertical Run surge porque também temos uma equipa de atletismo, lembrando o percurso até à data e manifestando regozijo por ter no Concelho, passados todos estes anos, uma

prova do Campeonato do mundo, o que deve encher de orgulho os Castrenses, salientando também que enquanto Presidente de Câmara se orgulha pelas pessoas deste concelho, tanto no município como nas Associações, sendo isso que tem levado a uma série de prémios e reconhecimentos nacionais e internacionais, elevando o nome de Castro Daire. Quanto às questões ambientais e nomeadamente no que toca ao (Per)correr salienta inclusive as equipas de voluntários a promover e aplicar medidas de promoção ambiental nos espaços verdes o que demonstra o cuidado nesta área. Quanto ao questionado pelo membro António Luís Ferreira, se o município recebia alguma verba específica para a questão ambiental, refere que não é recebida qualquer verba específica, o que acontece é que cada município faz a gestão daquilo que são as suas opções. Salienta alguns financiamentos onde a questão ambiental é acutelada, dando o exemplo das ciclovias no âmbito da regeneração urbana. Refere que os municípios pagam a Taxa de Gestão de Resíduos, que está a aumentar de forma astronómica, porque na região centro não existe nenhum incinerador, logo todas as toneladas de resíduos que vão para aterro pagam a TGR, manifestando a sua discordância com a forma como é gerida esta taxa, pois esse dinheiro deveria ficar no território para aplicação em medidas que promovessem a sustentabilidade. Todas as medidas aplicadas são naturalmente para desviar o que vai para aterro. Refere que quanto à EN225, e no dia em que o Senhor Primeiro Ministro apresentou demissão, contactou de imediato as Infraestruturas de Portugal para perceber que impacto poderia ter, no entanto a adjudicação foi efetuada no dia sete de novembro. Mais referiu que, no dia doze de dezembro a Infraestruturas de Portugal informou que o contrato foi assinado e seguiu para o Tribunal de Contas, sendo que, da sua experiência, talvez em dois ou três meses a obra poderá estar em condições de poder arrancar. Reforça que esta luta é de todos, é fruto do trabalho de muita gente, realçando a petição efetuada e a forma como foi apresentada à Assembleia da República, na forma como foram alguns membros da comunidade à Comissão de Obras Públicas na Assembleia da República e tudo isto foi determinante para se conseguir finalmente este resultado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Ponto Dois – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de seis de setembro de dois mil e vinte e três.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes na Sessão a que a mesma ata respeita, aprová-lo.-----

Ponto Três – Análise, discussão e votação, nos termos da alínea b), do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, doze de setembro, conjugado com o disposto no artigo 106.º do número três da alínea b) da Lei número 5/2004, de dez de fevereiro na sua atual redação – Lei das Comunicações Eletrónicas – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP), no valor de zero vírgula vinte e cinco para o ano de dois mil e vinte e quatro.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal introduz o tema, passando a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para mais informação.-----

-----O Senhor Presidente de Câmara efetuou o enquadramento deste ponto e dos dois seguintes, referindo serem valores mínimos de taxas a aplicar aos municípios. Salienta que a taxa de



IRS era de quatro por cento e que na altura da pandemia se concedeu mais um por cento adicional a favor das famílias, sendo que o que era adicional, se continuou a abdicar em prol das famílias.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Quatro – Análise, discussão e votação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que se referem as alíneas a) e c), do número um, do artigo 112.º, do Decreto-Lei número 287/2003, de doze de setembro na sua atual redação e da alínea d), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a aplicar no ano de dois mil e quatro, proposto pela Câmara Municipal, no seguinte valor: Prédios Urbanos – zero vírgula três por cento (0,3%).-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Cinco – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 112.º- A, número 1 do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) da fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Redução da taxa até
Um	20,00 € (vinte euros)
Dois	40,00€ (quarenta euros)
Três ou mais	70,00€ (setenta euros)

-----Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas-----

-----Interveio cumprimentando todos. Relativamente a este ponto refere a Lei número cinquenta e seis barra dois mil e vinte e três em que houve alteração da tabela, apontando valores ainda mais vantajosos, face ao que propõem que se apliquem aqueles valores.-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que se mantêm as taxas considerando inclusive que o município também tem aprovado o Código dos Benefícios Fiscais.-----

-----Rui Manuel Pereira Braguês-----

-----Interveio referindo que este ponto lhe levanta algumas dúvidas, pois parece-lhe que o artigo cento e doze não deixa margem para diferente aplicação, pois refere valores específicos.-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere que a interpretação foi de que aqueles seriam valores máximos a aplicar.-----



-----**Rui Manuel Pereira Braguês**-----

-----Interveio novamente referindo que, independentemente do definido, o município deveria agir em benefício dos mais carenciados e das famílias mais numerosas.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere que a lógica foi manter as taxas, salientando a importância de haver equilíbrio, dado que a Câmara tem outros apoios.-----

-----**Márcio Ferreira dos Santos**-----

-----Interveio referindo ser uma questão de leitura, pelo que a decisão tomada não lhe merece censura em termos legais.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio referindo que, sobre esta matéria considera que todos tem sensibilidade social. Todos gostariam de dar isto e muito mais às famílias. Mas vemos que a nível nacional estamos com uma carga de impostos demasiada e por isso é que há excedentes porque “foram ao bolso de todos”, porque não houve sensibilidade social, porque a natureza dos impostos foi ao bolso de todos.-----

-----**Fernanda do Sul Ferreira**-----

-----Interveio referindo que este assunto carece de uma reflexão mais profunda e não deve ser tratada aqui no imediato, de ânimo leve mas sim através de uma reflexão mais profunda.-----

-----**Márcio Ferreira dos Santos**-----

-----Interveio novamente, reforçando estar-se a falar do IMI, que é aplicado aos imóveis. Sendo aplicado ao património não tem a ver com o apoio aos mais desfavorecidos não se pode confundir IMI com as questões sociais, pois não é com este imposto que se faz justiça social.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente de Câmara clarifica a questão do IRS, que era de quatro por cento e atualmente é de três por cento de receita para o município. Reforça que quem paga mais IMI é porque tem mais património. Aqui também se está a dar um ponto percentual adicional para a classe média. Refere a importância do equilíbrio entre a receita e a despesa para que também se possam implementar efetivas medidas de carácter social. A interpretação feita é de que aqueles patamares são os limiares máximos que poderão ser atribuídos.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Interveio, questionando se, quando o Senhor Presidente refere ser uma medida aplicada à classe média, se houve algum estudo de impacto desta medida quer a nível orçamental quer quanto a quem se aplica.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente responde não existir nenhum estudo detalhado mas dado o conhecimento da realidade do IMI relativo ao valor pago por cada uma das casas existentes sobretudo nas aldeias, quando a taxa já está no mínimo, pois já se está a dar um valor fixo que a lei



permite dar ou não. Reforça a necessidade de tomar decisões equilibradas, procurando aplicar medidas sociais mas para tal é necessário Orçamento. Considerando que este imposto municipal é sobre imóveis e olhando para a sua abrangência, o município já tem uma política social bastante apertada no transformar desta receita no apoio às famílias.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com seis votos contra e uma abstenção, aprová-lo.-----

Votaram contra os membros Paula Fernandes, Fernando Felício, Fernanda Sul, Rui Braguês, Joana Sevivas e Diogo Carvalhas. Absteve-se o membro Jorge Figueiredo. -----

-----Os membros do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto, proferida por Joana Sevivas. *“Nós votámos contra, desde logo porque se nos levantam algumas questões ao nível da legalidade e não tendo sido acolhida a nossa sugestão de podermos adiar a votação para que isto fosse estudado e não conseguimos ter a certeza de que de facto podemos aprovar o que foi aprovado. Mesmo que assim não se entenda e uma vez que soubemos que em municípios vizinhos estão a ser aplicadas as taxas pelos limites máximos, achamos que, até por uma questão de equidade e de apoiar as famílias que necessitam, que são mais numerosas e até de apoiar a natalidade, achamos que deveria ser aplicado o valor máximo permitido, e por essa razão votámos contra.”*-----

-----O membro Márcio Santos fundamenta o seu sentido de voto no facto de ter sido dado nota pelo Senhor Presidente de Câmara que a receita associada ao IMI era importante para o Orçamento da Câmara Municipal e não é em sede de IMI que se fará justiça social. Por dar como boas as justificações apresentadas considera que a aprovação deste ponto é ajustada. A tributação do IMI está associada ao património e pagará mais quem mais património tem e esta receita poderá chegar às famílias que mais precisam.-----

Ponto Seis – Análise, discussão e votação nos termos do artigo 26.º, da Lei número 73/2013, de três de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais, conjugado com a alínea c) do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 25/2013, de doze de setembro, da fixação em três por cento (3%) da variável da IRS, para o ano dois mil e vinte e quatro, aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada a treze de outubro de dois mil e vinte e três.-----

-----Fernando da Rocha Felício-----

-----Interveio cumprimentando todos. Relativamente ao ponto em análise refere que gostaria de saber quanto custa ao município a redução de um por cento no IRS. Por outro lado a redução do IRS vai beneficiar as famílias mais numerosas o que seria uma boa oportunidade para aplicar esta medida.-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

-----O Senhor Presidente de Câmara referiu que cada ponto percentual representa aproximadamente cinquenta mil euros, em termos de orçamento. Diz entender que quem está na oposição diga que se corte tudo, no entanto, frisa que se está a dar mais às famílias do que se dava

antigamente. Embora o IRS também não seja um imposto onde se efetue justiça social, é um imposto que apoia as famílias da classe média, pois os mais necessitados não se conseguem apoiar com o IRS.

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra e uma abstenção, aprová-lo.

Votaram contra os membros Rui Braguês, Fernanda Sul, Paula Fernandes e Diogo Carvalhas. Absteve-se o membro Fernando Felício.

A Senhora Presidente informou que os membros Márcio Santos e Joana Sevivas tiveram necessidade de se ausentar, pelo que não participaram na votação.

Ponto Sete - Análise, discussão e aprovação do projeto de alteração do Loteamento e Regulamento do Parque Industrial da Ouvida, para cumprimento da alínea g) do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, na sua atual redação.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal introduz o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para mais informação.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou a ampliação para criação de novos lotes, dada a existência de empresas a crescer e que necessitam de mais espaço para expandir os seus negócios. Esta alteração permite a criação de novos lotes e novas áreas, permitindo expandir negócios.

António de Oliveira Giroto

Inteiveio referindo que antigamente o Parque Industrial da Ouvida tinha um problema de dimensão diminuta dos lotes, o que era um obstáculo ao investimento.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

O Senhor Presidente de Câmara refere que atualmente a criação de novos lotes veio também permitir a ampliação e a junção de lotes que permitem expandir as unidades produtivas.

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.

Ponto Oito - Alteração orçamental modificativa – Revisão número três, para efeitos da alínea a) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal introduz este ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente de Câmara mais informação.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

O Senhor Presidente de Câmara refere que esta alteração está relacionada com o ponto referente aos Acordos com a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, referente ao concurso

Handwritten signature and initials

público relativo aos transportes, dando conta que o mesmo foi aberto e no seu decurso houve reclamações e sugestões de fornecedores, o que levou à necessidade de efetuar algumas alterações, obrigando à abertura de um novo concurso e à alteração dos compromissos e cabimentos. Houve necessidade de abrir um novo ano para se poder cabimentar devidamente o concurso, daí esta alteração.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Nove – Análise, Discussão e Aprovação de Informação referente a execuções fiscais e Minuta de Protocolo a estabelecer com a Autoridade Tributária e Aduaneira (TA), em cumprimento do disposto na alínea c), número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetua o enquadramento deste ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para mais informação.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere que fruto da transferência de competências, foram assumidas as contraordenações rodoviárias, cujo volume é significativo e considerando que a Autoridade Tributária funciona muito bem em termos de execuções fiscais, com softwares adequados, equacionou-se este Protocolo.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----O membro Diogo Carvalhas questiona se este Protocolo é apenas para as contraordenações rodoviárias ou também se aplicava à água, e se terá mais custos, questionando se será aplicado um novo regime para quem não paga ou se continua a ser aplicado o mesmo regime que tem vindo a ser aplicado. -----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara esclarece que não é apenas para as contraordenações rodoviárias, salientando que no caso de não pagamento haverá, naturalmente, mais custos.-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio referindo que no caso de incumprimento do pagamento da água é necessário ter muito cuidado com a notificação da faturação, dando o exemplo das faturas enviadas por correio, por atrasos que possam ocorrer, não chegue atempadamente, as pessoas não terão dinheiro para pagar.

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente reforça não terem passado para a Autoridade Tributária os processos de gestão das dívidas apenas a execução, após esgotadas todas as fases até à execução.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

António de Oliveira Giroto
Diogo

Ponto Dez - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de pessoal para o exercício de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento do disposto na alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação e alínea a), do n.º2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03 de setembro na sua atual redação.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Interveio perguntando se o mapa de pessoal aumenta ou diminui o número de pessoas, pois não tem comparação com o mapa anterior.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente refere que o mapa não tem grandes oscilações em relação ao ano anterior, ressalvando não ter havido criação de serviços novos.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Interveio novamente referindo que, recebidos os esclarecimentos, a bancada do Partido Socialista repara que o Mapa de Pessoal continua a ter muitos postos de trabalho, por ocupar, questionando qual a razão.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio questionando se se perspetiva o aumento de pessoal para as obras (operários) e no pessoal das águas pois existem muitos sistemas de abastecimento de água, e não sabe se já há documentos que os identifiquem. De seguida dirige-se ao membro Diogo Carvalhas solicitando se o mesmo pode especificar as vagas a que se refere que se encontram por preencher.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**-----

-----O Senhor Presidente de Câmara refere que o mapa de pessoal é um documento aberto e que deve dar espaço a que alguns projetos possam ou não acontecer. Este ano foi aberto o concurso para os Quadros, dos assistentes operacionais das escolas. Respondendo ao membro António Giroto, refere um concurso em curso de recrutamento de assistentes operacionais para o armazém, pois continuam a reformar-se alguns funcionários. Quanto à questão das águas, tem vindo a ser rentabilizados alguns trabalhadores para reforçar essa equipas. O previsto no mapa de pessoal não quer dizer que tenha de ser obrigatoriamente preenchido, mas se a necessidade surgir, o mapa de pessoal poder permitir, dando o exemplo da última alteração ao mapa de pessoal, pois surgiu a necessidade de contratar recursos para o Centro de Saúde.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Interveio novamente referindo os cento e vinte e nove lugares a ocupar em contrato por tempo indeterminado e vinte e quatro lugares a ocupar em regime de contrato resolutivo certo, nas várias Divisões, não percorrendo em concreto por considerar um exercício que não faria aqui sentido.-----

-----**António de Oliveira Giroto**-----

-----Interveio novamente referindo esperar que o membro Diogo Carvalhas, na sua resposta fosse especificar os recursos que fariam falta e não uma intervenção tão vaga.-----



Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com seis abstenções, aprová-lo.-----

Abstiveram-se os membros Fernando Felício, Fernanda Sul, Paula Fernandes, Rui Braguês, Diogo Carvalhas e Jorge Figueiredo.-----

Ponto Onze - Análise, discussão e votação da Proposta de Orçamento Municipal, do Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano (GOP) – (Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR)), para o período de 2024/2028, nos termos do artigo 46.º, da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação, elaboradas nos termos previstos no número quarenta e seis, do ponto onze da NCP26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro na sua atual redação, para apreciação e aprovação nos termos previstos no artigo 25.º do n.º 1, alínea a) do Anexo à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetua introdução ao ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para mais informação.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente de Câmara referiu que este orçamento é novamente o maior orçamento de sempre, sendo mais de vinte e nove milhões de euros, contemplando grandes investimentos em várias áreas, nomeadamente em áreas como a educação, saúde, turismo, reabilitação urbana, meio ambiente, desporto, cultura. É um orçamento ambicioso, abrangente. Tem dois vetores chave: aumentar a atratividade do território, em termos de investimento e em termos de pessoas e aumentar a qualidade de vida do concelho. Independentemente da conjuntura mundial e nacional, as guerras existentes, a escalada de preços e escassez de mão de obra, a conjuntura política nacional trazem alguma preocupação, na estratégia que se prevê, pois podem ter impacto na gestão do Plano de dois mil e vinte e quatro. No entanto, salienta a continuar-se a procurar financiamento externo pois só assim conseguirão executar muitos dos projetos de grande dimensão que são necessários e as opções do Plano refletem a ambição e a capacidade de trazer dinheiro adicional para poder implementar projetos estruturantes.-----

-----**Hélder Isidro Almeida Ferreira**-----

-----Intervio cumprimentando todos os presentes, proferindo votos de um Feliz Ano de dois mil e vinte e quatro. Deixa nota de contentamento pela ambição no orçamento, esperando que a Estância termal passe do papel, pedindo ao Senhor Presidente previsão para a sua concretização.-----

-----**Fernanda do Sul Ferreira**-----

-----Intervio cumprimentando todos e formulando votos de um Bom Ano. Expressa satisfação relativamente às obras inscritas nas Grandes Opções do Plano, relativamente aos projetos de saneamento básico, ligando às questões ambientais e ao impacto positivo. Lamenta, não entanto, obras inscritas há anos, algumas há décadas e que a dotação orçamental não permite que se concretizem a curto prazo, fazendo ligação às questões do ambiente e à solicitação de contributos efetuada pelo Senhor Presidente de Câmara. Outra questão, já referida pelo membro António Luís



Ferreira, que a qualidade do ambiente depende de cada um de nós, deixa a recomendação à Autarquia, em consonância com as Juntas de Freguesia, para ações de sensibilização para a comunidade que não sabe como reciclar. Refere que, tendo em conta que este plano tem elencados vários aspetos e alguns ambiciosos em termos sociais, questiona porque, por exemplo, relativamente ao isolamento dos idosos, não viu nestes documentos a solução, perguntando se há alguma articulação com as Juntas de Freguesia ou alguns outros atores dado ser um problema de todos.-----

-----**Paula Alexandra Simões Oliveira Fernandes**-----

-----Interveio cumprimentando todos. Parabeniza o município pelas obras na Escola Secundária e as previstas para a Escola Básica. Questiona a que se destinam os cinquenta mil euros previstos em Orçamento para a Escola Secundária.-----

-----**Lino Gonçalves da Silva**-----

-----Interveio referindo ter-se falado no problema do mapa de pessoal, sobretudo operacional, salientando que com as reformas vai ficando alguma preocupação, porque tem que haver renovação. Ao nível da educação dá os parabéns ao Senhor Presidente pelo estabilizar do pessoal afeto. Refere haver necessidades em várias áreas, desde calceteiros, mecânicos, setor das águas, entre outros, julgando, no entanto, ser igualmente uma preocupação do Senhor Presidente de Câmara.-----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----Interveio dizendo que este Orçamento representa a continuidade perante os vários temas da governação municipal. Repararam que o Orçamento Municipal é omissivo quanto às atividades económicas. Repararam que no Turismo, por exemplo, grande parte dos projetos programados não têm fonte de financiamento definido, como sejam o Balneário das Termas do Carvalhal e sua envolvente, o Mosteiro da Ermida e o Penedo de Lamas, o que os preocupa. Mas nas restantes atividades económicas, por exemplo, na agricultura, pouco ou nada consta, considerando que a verba de sessenta e cinco mil euros para o fomento agrícola é irrisória. Quanto à indústria é quase completamente esquecida apenas um investimento programado na parte sul do concelho, também com financiamento não definido. Quanto ao comércio, além das atividades que o município vai desenvolvendo, como os Descontos de Natal, não existe neste orçamento qualquer fomento às empresas comerciais. Em suma, refere ser preocupante não haver um efetivo investimento e efetivo apoio à atividade económica do concelho, nem no turismo, nem na agricultura, nem na indústria nem no comércio, pois a atividade económica é que gera emprego e este gera fixação de pessoas no território, daí a importância de políticas de fomento das atividades económicas. Salaria ainda a ausência da questão do estacionamento em Castro Daire e falta de atenção relativa ao ensino da música e artístico, que devem entrar na oferta educativa do concelho.-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira**-----

-----Interveio referindo que o Orçamento é um documento técnico, reconhecendo a capacidade técnica de quem o elaborou. Relativamente às Grandes Opções do Plano, salienta que algo que caracteriza este executivo é o estabelecer de prioridades, referindo a Quinta das Presas, a conduta adutora, a Avenida 25 de abril, o Jardim Municipal, obras há décadas por executar e que são obras absolutamente estruturantes e essenciais para a qualidade de vida dos castrenses. Parabeniza,



portanto, o executivo pela capacidade de priorizar face às verbas disponíveis. Destaca o valor aplicado na requalificação da Escola Secundária, o que irá ser investido na Escola Básica, rondando os seis milhões de euros, ao que acresce candidatura efetuada pelo Agrupamento de Escolas a dois Centros Tecnológicos Especializados, um deles, industrial, com abrangência maior, e outro, em Informática, ambas aprovadas e cujo valor é superior a dois milhões de euros. São ambos para a Escola Secundária, mas permitirá libertar alguns recursos para as outras escolas, nomeadamente ao nível da capacidade informática. Todas as escolas ganham e passamos a ter uma Escola Secundária renovada e com equipamento tecnológico que poucas escolas terão melhor. Fica o destaque também para a requalificação da Escola Básica. Relativamente à questão levantada por Paula Fernandes, referente aos cinquenta mil euros previstos em Orçamento, estará relacionada com a colocação de relva no último campo que faltava requalificar. Quanto ao aquecimento e a sua eficiência, não tem qualquer indicação de qualquer mau funcionamento. Um outro setor onde o investimento é estruturante e de grande dimensão é a habitação, quer na construção quer na reabilitação de habitação, onde se terá um investimento de um virgula sete milhões, resolvendo alguns problemas como a habitação social como também as tão faladas casas dos magistrados. Refere ainda as Termas ficando satisfeito de ver que a requalificação das Termas irá acontecer, com um investimento superior a quatro virgula cinco milhões de euros. Tem sido manifesta a aposta no Turismo, bem espelhado nas ações que o município tem levado a cabo, não esquecendo que somos um município do interior com poucos recursos, mas graças também ao dinamismo que o executivo tem demonstrado na captação de investimento. Salaria ainda a aposta na questão do saneamento básico, transversal a vários executivos e onde ainda há situações a resolver, realçando ainda muitas outras obras que se arrastavam há décadas e décadas.-----

-----Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

-----O Senhor Presidente de Câmara interveio referindo que os políticos são gestores de prioridades e que muito tem vindo a ser feito e que os orçamentos têm sido elevados porque os investimentos são muitos, destacando a capacidade de olhar para os problemas e encontrar soluções, conseguindo financiamento externo para os resolver, ou seja, é necessário ter receita associada e encontrar o ponto de equilíbrio entre a receita e a despesa para se ter um território atrativo e com qualidade de vida. Diz esperar que em breve se possam dar passos significativos no investimento nas Termas do Carvalhal. Refere que, apesar de todas as vicissitudes do setor, em que muitas termas estão a decrescer, as Termas do Carvalhal fecharão o ano de dois mil e vinte e três, com um crescimento superior a dois dígitos, o que significa que mesmo sem terem as melhores condições em termos de edifício e equipamento, tem havido uma aposta certa na procura de novos mercados, novos clientes e novos produtos. Quanto aos aspetos salientados por Fernanda Ferreira, concretamente o saneamento, são investimentos só possíveis se houver financiamento, dando o exemplo da ETAR de Arcas, onde não sendo o projeto deste executivo, foi efetuada uma alteração à localização, por forma a permitir, futuramente, com um menor investimento, resolver as questões da Cela e de Adenodeiro. Saliou ainda muitas obras por administração direta o que tem contribuído para a redução de custos das empreitadas. Relativamente às ações de sensibilização, refere já terem sido efetuadas muitas ações de sensibilização, foram distribuídos ecobags às famílias, para que todas as pessoas em suas casas pudessem ter três saquinhos de cores



diferentes, para efetuar a respetiva reciclagem. Felicita a intervenção do membro Diogo Carvalhas, referindo também estar recetivo a receber os contributos de todos. Quanto ao isolamento dos idosos, salienta os seminários, em que o município foi distinguido pelas suas boas práticas enquanto Autarquia Solidária. Refere ainda o projeto E-Guard, em parceria com a GNR, para os idosos que estão totalmente isolados e têm um dispositivo que permite uma interação direta com a GNR, o “Ir e Vir”, estando o concelho totalmente coberto com transportes públicos e que permite quatro viagens por dia, resolvendo o problema das deslocações dos idosos, proporcionando melhoria da qualidade de vida, pois o acesso aos serviços básicos é um direito fundamental. Refere também o +SAV, onde em parceria com as Juntas de Freguesia e as Associações se leva uma série de atividades às aldeias, destacando a mais valia deste projeto no combate ao isolamento através da adoção de práticas saudáveis. Respondendo ao referido por Paula Fernandes, os cinquenta mil euros previstos em Orçamento para a Escola Secundária são efetivamente para fazer o que ainda não está feito. Salienta que na candidatura anterior não houve margem para mais intervenção pelo que irão agora melhorar as condições do segundo campo que está num estado miserável e irá ser relvado, o que trará um aumento qualitativo. Refere ainda um projeto de requalificação do atual pavilhão gimnodesportivo, que permitirá criar condições para duas salas de ginástica, uma bancada retrátil, num projeto que considera bem conseguido e que espera se consigam criar condições para avançar com a obra. Quanto ao equipamento de aquecimento na Escola Secundária, não tem qualquer indicação de não ser funcional e o conforto térmico é uma objetividade, sendo um dos grandes upgrades daquela escola, aspeto que foi uma melhoria muito significativa. Reconheceu a capacidade interna do município de fazer grandes obras e muito trabalho, tendo por isso vindo a obter reconhecimento nacional e internacional. Quanto à intervenção do membro Diogo Carvalhas, salienta a questão do Parque Industrial da Ouvida, do Código Fiscal de Apoio ao Investimento que pretendem estimular a atividade económica do concelho. Refere estarmos a falar de áreas em que diretamente o município não investe mas estimula investimento, salientando a Incubadora de Empresas e o Espaço Coworking que irá ser implementado. Quanto à ausência de estacionamento refere ter sido ponderada uma opção, no entanto analisado o seu custo benefício, não apresentava viabilidade, estando atualmente a ser equacionadas duas outras alternativas. Quanto à área musica refere o projeto de Promoção do Sucesso Educativo, onde esta componente é fortíssima. Salientou ainda a existência no concelho com quatro Bandas Filarmónicas, com escolas de música e que a câmara deve apoiar para que façam esse trabalho e possam crescer, pois são agregadoras. Quanto ao referido pelo membro António Luís Ferreira, salienta a articulação com o Agrupamento de Escolas, parabenizando pelo trabalho realizado ao nível dos Centros Tecnológicos Especializados, que trarão mais valias em termos de equipamentos e competências. Dá conta que, não obstante o Protocolo estabelecido entre o Município e o Agrupamento de Escolas no âmbito da transferência de competências, foi acordado entre as partes que não iriam transferir para a escola a verba para fazer a obra pois, sendo o município a realizar a obra a poupança é de dezassete por cento, dado o menor valor da taxa de IVA. No que concerne às casas dos magistrados, à priori, o IHRU irá ainda este mês, se possível, abrir o concurso para a recuperação das mesmas, resolvendo com isso mais um problema. -----



-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** cumprimenta a Senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Blandina Meneses, que se encontra na sessão para algum esclarecimento técnico adicional.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete votos contra, aprová-lo.-----

Votaram contra os membros do Partido Socialista Fernando Felício, Rui Braguês, Diogo Carvalhas, Joana Sevivas, Paula Fernandes e Fernanda Ferreira e o membro do CHEGA Jorge Figueiredo.-----

-----O membro Jorge Figueiredo apresentou a seguinte declaração de voto: *“Não poderíamos deixar de manifestar a nossa opinião relativamente a este orçamento, assim como fizemos com todos os outros. Sabemos que a necessidade de concretizar os vários projetos é enorme e alguns casos de extrema necessidade, mas devemos ter alguma preocupação e contenção. Neste ponto temos sempre alertado para a escalada do endividamento e que presentemente atingiu quase o dobro do que se verificava há uns meses atrás, ou seja de aproximadamente 4.300.000.00 para 7.740.000.00, situação que na nossa perspetiva além de preocupante, irá deixar um grande encargo financeiro para o futuro, uma vez que grande parte deste endividamento se refere a empréstimos bancários que só começarão a ser pagos em 2026. Por este sucessivo avolumar de endividamento e suas consequências que poderão vir a ser prejudiciais, votamos contra.”*-----

-----O membro Diogo Carvalhas, proferiu a seguinte declaração de voto, por parte dos membros do Partido Socialista: *“Os documentos previsionais continuam a não responder às necessidades de Castro Daire. O Orçamento não contém investimentos em áreas decisivas como as atividades económicas nem sequer contém verba para a execução de projetos na área do Turismo. Também não contém verba para investimentos na área ambiental, nomeadamente para a ligação de todo o concelho ao saneamento básico. A questão do estacionamento não é acautelada, as verbas previstas para a ação social são escassas e não há respostas na área da educação musical e artística. Por tudo isto votámos contra”*.-----

Ponto Doze - Análise, Discussão e Aprovação da Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, para o Ano de 2024 nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** introduziu o tema, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para mais informação.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara refere que tanto este ponto como o seguinte se referem ao transporte público no concelho, delegado na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Um dos pontos tem a ver com o Acordo de Financiamento que irá permitir efetuar os pagamentos da comparticipação do défice de exploração da operação à CIMVDL, que anualmente é presente à



Assembleia Municipal, por ser competência desta. O outro tem a ver com a abertura do procedimento de concurso público internacional que irá ser aberto.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Treze - Análise, Discussão e Aprovação da Adenda à Minuta de Acordo de Financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros, no âmbito do Concurso Público, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Catorze - Análise, Discussão e Aprovação das Normas de Controlo Interno do Município de Castro Daire.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** efetuou enquadramento do tema, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para mais informação.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Norma de Controlo Interno do Município era de dois mil e um e inclusive no Relatório do Tribunal de Contas referido pela Senhora Presidente, era recomendada a atualização da Norma, tendo-se procedido nessa conformidade. -----

-----**Diogo Gomes Carvalhas**-----

-----O membro Diogo Carvalhas questionou quais as alterações efetuadas.-----

-----**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara referiu ser um documento novo, não tendo termo de comparação direto.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** refere também a conformidade com a atual legislação assim como também a alteração do sistema de contabilidade.-----

Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e, aprová-lo.--

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram treze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,



-Dora Maria Marques Loureiro-